

Função Pública perdeu 10% do poder de compra

Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado fez as contas aos últimos sete anos e concluiu que os mais prejudicados são os trabalhadores com salários congelados desde 2003 P/8

Função Pública a ficar mais pobre desde 2000

Poder de compra diminuiu dez por cento, acusa sindicato

REMUNERAÇÕES O poder de compra da generalidade dos trabalhadores da Administração Pública diminuiu mais de dez por cento nos últimos sete anos, de acordo com as contas feitas pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE).

Na proposta de actualização das condições de trabalho na Administração Pública para 2008, o STE refere que, em termos acumulados, entre 2000 e 2007, o poder de compra dos funcionários públicos vai diminuir 10,3 por cento para

aqueles que tiveram um congelamento salarial em 2003/2004.

Os trabalhadores com vencimentos superiores a mil euros não tiveram aumentos salariais em 2003 e 2004, ao mesmo tempo que a inflação se situou nos 3,3 por cento e 2,4 por cento, respectivamente.

Quanto aos restantes trabalhadores que não foram abrangidos por este congelamento salarial, a perda do poder de compra foi de sete por cento entre 2000 e 2007; números que resultam

das contas apresentadas na proposta do STE, subscrita pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) e pelo Sindicato Nacional e Democrático dos Professores.

Perda atingiu reformados Também a grande maioria dos aposentados da Função Pública teve uma diminuição do poder de compra este ano, variando entre um e 2,5 por cento.

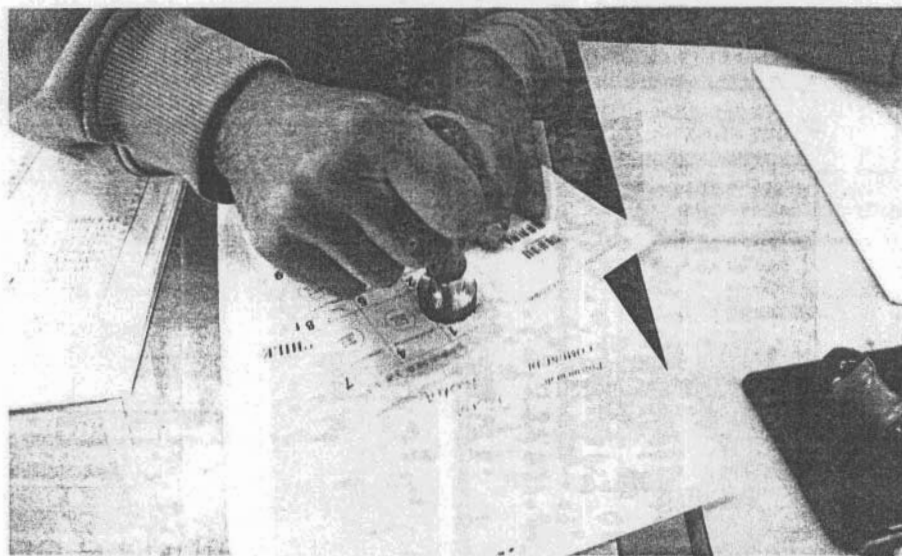
Em 2007, a generalidade das pensões da Função Pública teve um aumento abaixo do crescimento das pensões da Segurança Social. Enquanto as primeiras tiveram aumentos entre 1,5 e 2,5 por cento, as segundas

tiveram actualizações entre 2,4 e 3,1 por cento.

As perspectivas para o próximo ano não são de todo animadoras: o novo cálculo de actualização das pensões da Caixa Geral de Aposentações, imposto por lei, determina que as actualizações se aplicarão apenas aos pensionistas que com reformas até 1,5 IAS (Indexante de Apoios Sociais), ou seja, 596,79 euros.

Para os restantes pensionistas, as novas actualizações foram adiadas para 2009 e 2011. Por isso, as três estruturas sindicais reivindicam uma actualização de 3,5 por cento dos salários e das pensões no próximo ano. LUSA

Sindicato quer subidas de 3,5 por cento para pensões e salários



Os funcionários públicos que viram os salários congelados a partir de 2003 foram os que mais perderam poder de compra